

humanitas

Vol. XIX+VV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

VOLS. XIX E XX



COIMBRA
MCMLXVII-LXVIII

M. TVLLI CICERONIS — *De Re publica* librorum sex quae manserunt tertium recognovit K. ZIEGLER, Lipsiae in aedibus B. C. Teubneri, MCMLV, 147 pp.

Até 1820, data em que o cardeal Angelo Mai descobriu no códice Vaticano Latino 5757 uma boa parte do *De Re publica* de Cícero, o que deste trabalho se conhecia era apenas o que o próprio Cícero nos diz a seu respeito e mais uma série de testemunhos e fragmentos que a Antiguidade (profana e cristã) nos legou. As alusões de Cícero encontram-se compendiadas nesta edição da Teubner nas pp. XXXIX-XLI. A coleção completa de transcrições e referências pode ver-se, sem termos de recorrer às obras críticas de A. Mai (1822) e de L. Castiglioni (1935), na edição escolar de L. Ferrero, publicada pela Livraria La Nuova Italia, Firenze, 1957, pp. 188-225.

K. Ziegler no prefácio desta sua edição descreve em primeiro lugar (pp. III-VII) as principais fases do estudo do manuscrito do século VII, proveniente de Bóbio, onde um monge copiou o comentário de Santo Agostinho aos Salmos 119-140, após ter descosido os cadernos e lavado, folha por folha, um velho códice do século IV onde se encontrava o *De Re publica*, em caracteres unciais. Felizmente que o antigo texto resistiu e no actual palimpsesto ainda foi possível reconstituir o que resta em 28 cadernos incompletos com o texto dos livros I-III e apenas em mais 2 fólhos do livro IV e 3 do livro V, que é tudo quanto possuímos do que deveriam ser uns 80 cadernos com o tratado completo de Cícero (cf. p. XIII). Além de Mai, trabalharam sobre o palimpsesto e editaram-no principalmente S. N. du Rieu (1860), Detlefsen-Halm (1861), Ziegler (1915¹), os cardeais Ehrle e Mercati (1934) e Castiglioni (1935¹).

A tarefa de reconstituição dos cadernos e de ordenação dos fólhos é descrita nas pp. VII-XIII. Ziegler foi o primeiro a provar que a cópia do século IV é trabalho de dois escribas, cujas características descreve (pp. XIII-XXI), sendo depois objecto de cuidada revisão por parte de um corrector contemporâneo, perito e possuidor de um bom modelo (pp. XXI-XXIX). A seguir temos (pp. XXIX-XXXII) um desenho de 5 páginas do códice, através das quais (bem como de mais duas apenas à contracapa, em fotogravura) podemos apreender, directamente, as dificuldades e hesitações dos editores. Depois de uma breve referência aos testemunhos da Antiguidade sobre o *De Re publica* (pp. XXXII-XXXIV), K. Ziegler termina com alguns elementos acerca da recensão do *Somnium Scipionis* (pp. XXXIV-XXXVIII) que pela primeira vez inclui na sua edição da obra de Cícero, servindo-se de 17 códices e de 4 edições. Com surpresa lemos que deste último texto, tão editado e estudado, não existe ainda hoje um *stemma codicum* que nos permita distinguir famílias e remontar às fontes mais puras.

O trabalho de Ziegler para a primeira edição (1915) foi meticolosíssimo (pp. VI-VII). Foi depois revisto para a reedição de 1929 e de novo para esta de 1955. O aparato crítico, em que frequentemente é reproduzido um desenho das palavras do códice, põe-nos a par de leituras diversas e de emendas propostas por vários editores. As observações que se seguem não são mais que uma pequena amostra do interesse com que seguimos as anotações críticas.

A delicadeza profissional de Ziegler documenta-se por vários passos em que

corrige leituras ou sugestões que só ele antes tinha proposto. Exemplos: página 41, linha 12, renuncia à anterior leitura *omni*, voltando à corrente *omnis*; página 102, linha 16, põe de parte um *sed*, retomando o vulgar *et*. Cremos que esta mesma fidelidade ao códice se devia manter em vários outros pontos. Quanto a nós, nem a sintaxe nem o estilo exigem alterações do manuscrito como página 44, linha 10, em que deveria manter-se *expositamque*, pois não há razão para repudiá-lo com um (*sic!*); página 46, linha 13, *constituissent* dá perfeito sentido; página 108, linha 4 (num passo transcrito de Nônio), não é necessária a correcção de Quicherat *terra se* em vez do *terras* de todos os códices; página 116, linha 14, ao reproduzir um fragmento dado por Santo Agostinho no *De Ciuitate Dei*, a adopção da emenda de Patricius *fuse*, em vez do *iuste* dos códices, parece-nos ser uma *lectio faciliior*, mas desnecessária; e já no *Somnium*, página 130, linha 24, ao *huic* de Macróbio deveria preferir-se a autoridade dos códices que nos dão *cui*, leitura perfeitamente aceitável; etc.

Em edições anteriores Ziegler havia proposto o acrescento de algumas palavras ao texto, de que desiste agora. Exemplos: página 118, linha 15, não é de facto necessário um <sit>; página 125, linha 29, prescinde-se perfeitamente do <esse>. Julgamos que outras adições suas deveriam ser também eliminadas, tais como página 93, linha 6, em *sunt* <que> e duas linhas adiante igualmente se dispensa bem o <ut>; página 97, linha 35, o estilo melhora com o acrescento de <quam>, mas preferíamos ver a sugestão apenas no aparato crítico em vez de ir macular o texto; etc.

Pelo contrário não vemos qualquer vantagem, no *Somnium*, página 127, linha 7, em eliminar a enclítica de *ita[que]*. Estranhámos também que mais adiante página 131, linha 8, prefira contaminar *eam* de Macróbio com *iam* dos códices, dando-nos a leitura *eam iam* que em nada esclarece o texto. Além destas nossas discordâncias, há outras que poderão ser tidas em consideração. Apontamos sumariamente as que merecem a nossa aprovação, pelos motivos apontados pelos seus autores, nos Comentários ao *Somnium Scipionis* de Alessandro Ronconi (F. Le Monnier, Firenze, 1966) nas páginas 107, 108-109, 119, 130 e 142; e de A. Magariños (Madrid, 1950), página 65.

Deixamos para o fim um problema muito discutível no qual Ziegler não seguiu um critério uniforme: página 28, linha 26, prefere *his* à leitura *iis* de Mueller; porém, na página 107, linha 12 quando todos os códices de Lactância e os melhores de Cícero escrevem *his* é Ziegler que dá a sua preferência, sem razão aparente, a *iis*. Do mesmo modo, já no *Somnium*, página 133 (linha 25 e linha 26) dá a primazia à lição *iis*, de três e dois códices (respectivamente) contra *his* de todos os restantes. Em contrapartida, na página 134, linha 24, contra os mesmos dois códices acabados de mencionar já põe de parte o seu *iis* para adoptar agora o *his* da maioria! Evidentemente que é um tanto subtil, do ponto de vista estilístico, a razão pela qual um autor escreve *his* ou *iis*. Por isso mesmo, se não há um códice que tenha uma autoridade nitidamente superior à dos outros, não se vê porque, umas vezes sim e outras não, se há-de adoptar a sua leitura.

Um último apontamento de carácter bibliográfico: existe em português uma tradução do *Sonho de Cipião*, publicada por Duarte de Resende, em Lisboa, em 1531 (reproduzida por Victor Buescu, *Hespéria*, Lisboa, 1964, pp. 113-121).